



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

CÍCERA SOARES DA SILVA

**“NÃO TROQUE SEU VOTO POR ÁGUA”:
UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

DELMIRO GOUVEIA - AL

2021

CÍCERA SOARES DA SILVA

**“NÃO TROQUE SEU VOTO POR ÁGUA”:
UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras – Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus do Sertão, como requisito parcial para integralização do curso.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

DELMIRO GOUVEIA - AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586n Silva, Cícera Soares da

“Não troque seu voto por água”: um estudo semântico-enunciativo / Cícera Soares da Silva. – 2021.
37 f. ; il.

Orientação: Débora Raquel Hettwer Massmann.
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Estudo semântico-enunciativo. 2. Semântica histórica da enunciação. 3. Análise do discurso. 4. Slogan. 5. Sentidos. I. Massmann, Débora Raquel Hettwer. II. Título.

CDU: 81'31

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.



Cícera Soares Da Silva
UFAL

DATA DE AVALIAÇÃO: 25/05/2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann – Orientadora
(UFAL)



Profa. Dra. Fábria Pereira da Silva
(UFAL)



Profa. Dra. Andrea Silva Domingues
(UFPA)

“Não há, ó gente, ó não
Luar como esse do sertão”

(Catulo da Paixão Cearense/
João Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir chegar onde cheguei, por me dar forças para enfrentar os desafios e dificuldades que enfrentei durante o período de graduação.

Agradeço também à minha família: aos meus pais, João Aureliano da Silva e Eliene Soares da Silva; aos meus irmãos, Paulo João da Silva, José Nilson da Silva, Aparecido João da Silva, Cícero João da Silva, Maria Juliana Soares da Silva, Aparecida Soares da Silva, Ana Paula Soares da Silva e Terezinha Soares da Silva, que foram essenciais nesse processo de graduação, por terem me incentivado todos os dias a continuar para que meus objetivos fossem conquistados.

Agradeço de modo especial ao meu noivo, Adriano Feitosa de Barros Santos, pelo apoio e compreensão.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann, por todo o apoio, paciência e empenho dedicado a este estudo, por todas as sugestões que foram dadas no processo de construção do trabalho. Agradeço também por todos os conselhos e ajudas, por partilhar comigo um pouco do seu vasto conhecimento, que fez grande diferença na elaboração do trabalho.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante o período de graduação; pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como profissional.

Sendo assim, agradeço e dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente estudo busca compreender o processo de significação posto em funcionamento no enunciado “Não troque seu voto por água”, produzido e veiculado pela rede Articulação Semiárido, também conhecida como ASA. O referido enunciado constituiu o tema central de uma campanha de conscientização sobre as eleições, promovida pela ASA, em 2016 e em 2018, durante os respectivos períodos eleitorais. Para análise deste material e de suas condições de produção, o presente estudo se inscreve na Semântica Histórica da Enunciação, teoria que busca compreender o processo de significação na relação com a exterioridade. Desta forma, a presente pesquisa apresenta, num primeiro momento, um percurso teórico que busca mostrar o desenvolvimento da Semântica Histórica da Enunciação no Brasil para, em seguida, proceder à análise do referido *corpus*. Os resultados alcançados apontam para o modo como o processo de produção de sentidos se constituiu na história num batimento entre os direitos humanos (água) e os deveres do cidadão (voto). Como embasamento teórico será utilizado o pensamento dos teóricos Guimarães (2004), Vogt (2009), Bréal (1992), Saussure (1916), Orlandi (1978), Pêcheux (1969), Benveniste (1966), Nascimento (2004), Massmann (2012).

PALAVRAS-CHAVE: semântica; enunciação; análise; discurso

ABSTRACT

This study seeks to understand the process of meaning set in motion in the statement “Don't exchange your vote for water”, produced and conveyed by the Articulação Semiárido network, also known as ASA. This statement was the central theme of an awareness campaign about the elections, promoted by ASA, in 2016 and 2018, during the respective electoral periods. In order to analyze this material and its production conditions, this study is part of the Historical Semantics of Enunciation, a theory that seeks to understand the process of meaning in relation to externality. In this way, this research presents, at first, a theoretical path that seeks to show the development of the Historical Semantics of Enunciation in Brazil, and then proceeds to the analysis of that *corpus*. The results achieved point to the way in which the process of production of meanings was constituted in history in a struggle between human rights (water) and the duties of citizens (voting). As theoretical basis, the thought of theorists Guimarães (2004), Vogt (2009), Bréal (1992), Saussure (1916), Orlandi (1978), Pêcheux (1969), Benveniste (1966), Nascimento (2004), Massmann (2012) will be used.

KEYWORDS: semantics; enunciation; analysis; speech

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2. BREVE PANORAMA HISTÓRICO: DA LÍNGUA AOS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO	13
2.1. Semântica Histórica da Enunciação	14
2.2. Semântica como disciplina linguística	16
2.3. Língua, estrutura e acontecimento entre enunciação e acontecimento	18
2.4. Sobre a questão da Enunciação	19
2.5. Acontecimento.	21
3. PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS: A SIGNIFICAÇÃO NA HISTÓRIA	25
3.1. Designar e Referir	25
3.2. Domínio semântico de determinação (DSD)	26
3.3. O procedimento enunciativo de reescrituração	27
3.4. O procedimento enunciativo de articulação	28
4. UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO SLOGAN “NÃO TROQUE SEU VOTO POR ÁGUA”	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho coloca em questão o processo de produção de sentidos que é veiculada nas e pelas associações voluntárias rurais do semiárido nordestino. De modo específico, nosso objetivo é compreender o processo de produção de sentidos que é posto em funcionamento no slogan de uma campanha de conscientização promovida para eleitores, especialmente aqueles moradores da zona rural do semiárido nordestino. A campanha, que se apresenta sob a formulação “Não troque seu voto por água” (ASA, 2018), foi produzida e assinada pela ASA, uma entidade que busca construir espaços de diálogo e viabilizar um conjunto de ações em defesa do Semiárido Nordeste.

Nosso objetivo é analisar os sentidos que são veiculados em uma peça publicitária que tinha por objetivo conscientizar a população no que se refere à importância do voto e, especialmente, no que diz respeito ao funcionamento da corrupção no processo eleitoral brasileiro. É na e pela peça, veiculada em diferentes mídias, que se produz um jogo de sentidos que se sustenta no par direitos e deveres do cidadão, pois à medida que se formula “Não troque seu voto por água” (ASA, 2018), o sentido produzido fica orbitando em torno do dever do voto e do direito à água e coloca em funcionamento uma memória sobre o processo eleitoral brasileiro, em especial aquele que é posto em funcionamento nas regiões em que a população está em situação mais precária.

Para desenvolver este estudo, propomos o seguinte questionamento: considerando a relação da linguagem com a sociedade e com a história, que sentidos são postos em funcionamento a partir do slogan “Não troque seu voto por água”? Como podemos descrever a condição de produção desse discurso e que memória de dizer ele atualiza. Quando observamos a construção dos sentidos na esfera da linguagem, considerando o funcionamento político e histórico em sua constituição, entendemos que em cada acontecimento enunciativo sentidos outros são produzidos e postos em funcionamento, dependendo de como se dão as relações de determinação entre as palavras que compõem esse processo enunciativo.

Nossas análises são fundamentadas nos dispositivos teórico-metodológicos da Semântica Histórica da Enunciação, que tem pilares materialistas e estruturalistas. Pretendemos não apenas mostrar os ecos de sentidos produzidos na história dos sentidos em torno do processo eleitoral brasileiro em que a prática de “compra de votos”, mesmo sendo criminalizada, ainda pode acontecer, mas, sobretudo, observar como os sentidos desse enunciado circulam, fazendo significar o real e suas relações de poder.

Em outras palavras, buscamos, através deste estudo, mostrar como os sentidos são produzidos na história e como a relação entre a linguagem e a sociedade é fundamental para compreender como se dá o processo de significação no interior de interpretações clássicas sobre a formação da sociedade brasileira. Assim, é pelo dispositivo teórico-analítico da teoria que nos suporta, que nos dedicamos a compreender a relação de sentido entre o dever do voto e o direito à água.

Neste ponto, entendemos que a ideia de significado/sentido que tratamos distancia-se daquela proposta pela semântica formal, o sentido referencial. Na Semântica Histórica da Enunciação, a compreensão dos sentidos é dada através do modo como os dizeres são postos em funcionamento no acontecimento da enunciação. Esses conceitos e outros que são fundamentais à análise que empreendemos serão abordados logo no início de nossa reflexão, observando-se a relação da linguagem com os sujeitos, a historicidade, o social, o político e o real na produção de sentidos.

Considerando as condições históricas, políticas e ideológicas da produção da peça publicitária, entendemos que os locutores-midiáticos são agenciados por diferentes discursos, o que nos leva a observar se enunciam de diferentes posição-sujeito, e abrimos aqui um diálogo com a Análise de Discurso de linha francesa.

Considerando-se a especificidade do *corpus*, de ser um texto de conscientização que se alinha ao processo de produção do discurso publicitário, a análise dos sentidos na peça analisada relaciona-se à função que esta tem em relação a um público específico: a persuasão de moradores do semiárido nordestino que é afetado pela falta de água, especialmente no período da seca. Assim, não se trata apenas de refletir e analisar as significações que são produzidas no e pelo slogan, mas observar, pelo domínio semântico da determinação (DSD), como essa campanha é sustentada por uma argumentação ou, sobretudo, seria em si a própria argumentação.

É exatamente nesse embate entre aquilo que está estabilizado e os novos sentidos que se constituem nos acontecimentos enunciativos que mostram tal relação, que realizamos nossa análise, procurando, a partir do conflito, tirar os olhos daquilo que é evidente e abrir espaço a novos funcionamentos semânticos.

Compreendemos, assim, a partir da teoria em que nos debruçamos para o embasamento das análises, que a enunciação não é tida como uma rede de sentido estável; as relações de sentido se dão no acontecimento enunciativo e, por isso, são instáveis. Falamos aqui em uma significação que é caracterizada pela relação linguística determinada pela relação entre as palavras que significa o real.

Deste modo, para levar em consideração a questão dos sentidos, na primeira seção deste estudo, vamos historicizar o desenvolvimento da semântica como uma disciplina no quadro das ciências da linguagem e mostrar a pluralidade de seu objeto, que pode ser compreendido sob diferentes enfoques. De nossa posição, aprofundaremos o estudo da significação sustentados na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação.

Na segunda seção, apresentaremos os procedimentos enunciativos (também chamados de pressupostos teórico-metodológicos) que viabilizam as análises na referida perspectiva epistemológica.

Já na terceira seção, mobilizaremos nosso dispositivo teórico para a análise do slogan “Não troque seu voto por água” (ASA, 2018). Nessa parte, para melhor compreender o funcionamento da significação, utilizaremos uma metodologia de análise própria à Semântica Histórica da Enunciação para compreender o processo de produção de sentidos, a saber: a reescrituração, a articulação e o Domínio Semântico da Enunciação, conforme descritos na segunda seção.

Em nossas considerações finais, trataremos de mostrar como os conceitos e análises observadas ao longo deste trabalho articulam-se, contribuindo para mostrar jogo de significação que se produziu a partir do material estudado.

2. BREVE PANORAMA HISTÓRICO: DA LÍNGUA AOS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

Ferdinand de Saussure (1916), em seu *Curso de Linguística Geral*, estabelece a língua como objeto da linguística. Ela é constituída de signos e esses são definidos pela maneira como se relacionam entre si no interior do sistema, sem importar o seu exterior. Assim, tudo o que é relativo ao subjetivo, à vontade, à inteligência, está na ordem da fala e não da língua, o que demonstra um rompimento com os estudos historicistas da significação do final do séc. XIX, já que o importante para o estudioso não são as relações que se sucedem no tempo cronológico, mas, sim, as que são simultâneas.

Embora Saussure, teoricamente, tenha deixado a questão da significação de fora de suas considerações, ele menciona o caráter social e coletivo da língua que é também, portanto, histórico. Podemos entender que a significação tratada em seu livro é aquela tida como significado.

A inclusão da semântica no campo das ciências da linguagem é uma das consequências dos estudos da significação, no final do século XIX. Foi em meados da década de 60 que a linguística foi introduzida nos cursos de Letras no país e passou a ser uma disciplina comum do domínio das ciências humanas. Guimarães (2004) observa, através do percurso histórico dos estudos linguísticos, que é na década de 70 que acontece um aumento expressivo das pesquisas sobre a significação no Brasil, o que será essencial para o fortalecimento da semântica e da consideração do sujeito na linguagem.

Para que se chegue à compreensão do passado e do futuro, a abordagem histórica de um determinado momento é necessária. Fazer história, de acordo com o autor, “é compreender o sentido dos acontecimentos humanos” (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

Diversas linhas linguísticas, naquela época, estavam voltadas para os estudos do texto. Semiótica e pragmática, entre outras, são apontadas como campos do saber que contribuíram para o desenvolvimento da semântica. A semiótica, de linha greimasiana, observa a enunciação e toma como posicionamento o mesmo postulado de Émile Benveniste ([1974] 1989) em relação à questão do sujeito: a existência de um referente que é exterior à linguagem; a subjetividade da linguagem.

O texto, então, passa a ser considerado como um todo de significação e se estabelece uma teoria que tem por objetivo descrever os mecanismos internos do texto para a produção do sentido.

De forma muito ampla, a pragmática considera a linguagem como um modo de ação onde há sempre a presença do outro quando há alguém que diz (relação dialógica da linguagem). Podemos observar que essa teoria teve sua influência sobre a Semântica Histórica da Enunciação, porém, é na semântica argumentativa e nos estudos de Benveniste que encontramos sua gênese.

A Análise de Discurso (ORLANDI, 1978) também aborda a questão do sujeito e da enunciação não explorada pelo estruturalismo e pelo gerativismo nos estudos sobre a linguagem. Em seu artigo *A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso* (1979), a autora destaca a preocupação em encontrar o limite entre enunciação e enunciado, entre língua e fala, e sugere, filiada a Michel Pêcheux (1969), que, ao considerar a língua como a condição para que o discurso aconteça, a análise deveria ser deslocada para o nível língua/discurso.

Carlos Vogt (2009) faz um estudo com o objetivo de descrever o perfil da semântica que poderia abordar a questão da significação e afirma que “há algo que historicamente se dá como necessidade para a ciência” (GUIMARÃES, 2004, p. 117). Assim, a partir de seus estudos, o linguista assinala que os apontamentos feitos por ele ao longo de sua pesquisa “levam a Semântica para a posição crítica de aceitar necessariamente as dicotomias da ciência para invadir-lhes o intervalo com a história do homem. Neste intervalo deverá um dia haver lugar para uma linguística do texto” (VOGT, 2009, p. 292).

Portanto, fica evidente para nós que os estudos da década de 1970, que envolvem as questões da significação e do sujeito na linguagem, contribuem para o desenvolvimento da semântica, ainda em avanço, dentro das ciências da linguagem. Para Guimarães (2010), a semântica, atualmente, busca o entendimento daquilo que fora excluído por Saussure (objeto, sujeito e história) como próprio da significação.

2.1. Semântica Histórica da Enunciação

Como base teórica desta pesquisa, nos apoiaremos nos princípios da Semântica Histórica da Enunciação. Partiremos, portanto, do pressuposto de que as expressões linguísticas têm o seu sentido em determinado enunciado de acordo com a maneira como se relacionam com o acontecimento no qual funcionam.

Na obra *Os Limites do Sentido*, Eduardo Guimarães (2010) tem a preocupação de traçar o percurso de filiações que resultou nos principais conceitos estudados pela Semântica Histórica da Enunciação hoje. O autor tratou de mostrar como os estudos de diferentes teóricos contribuíram e re-significaram até o estabelecimento da teoria, além de delimitar o campo de atuação de um semanticista. Fazer semântica é tratar a questão da significação, que é a língua colocada em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento, como linguística, histórica, e considerar o sujeito que enuncia. Assim, explica o autor, a linguagem funciona determinada pelo que está fora dela e não se confunde com o momento em que seus elementos acontecem. O acontecimento constitui o sentido e tem sua autonomia relativa: traz em sua interioridade marcas de exterioridade, conforme veremos a seguir.

A partir do percurso de estudos de Émile Benveniste, que mostra o conceito de enunciação como a apropriação da língua pelo locutor, Guimarães (2010) explica que, quando há a apropriação de um signo, algo é dito. Deve-se ressaltar que, para o semanticista, não existe relação alguma entre o significante e o que ele significa. A enunciação é determinada pela história, resultado das relações sociais que se configuram no interdiscurso.

A enunciação, como estudada na Semântica Histórica da Enunciação, parte das posições apresentadas por Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Guimarães (2005), então, considera que existe uma transição que vai do enunciado para o texto, para o acontecimento, e essa transição não é segmental, e sim uma relação de sentido. Para ele, a enunciação acontece em um lugar onde a constituição histórica do sujeito deve ser considerada, ou seja, toma-se “a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (GUIMARÃES, 2005, p. 8).

A partir do que coloca Guimarães (2010), entendemos que o funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação é determinante do sentido. Portanto, faz-se necessário apreender como a semântica trabalha com acontecimento, enunciação e sentido para chegarmos ao domínio teórico onde estamos inseridos.

Desde os trabalhos linguísticos de Michel Bréal, no século XIX, há a preocupação em se estabelecer os limites da semântica. Já naquela época, afirma Guimarães (2010), podemos encontrar duas definições que nos são importantes: as questões da significação que devem ser entendidas a partir de seu uso e a palavra na sua relação com outras palavras. Para o estudioso (BRÉAL, 2008), a linguagem é um fenômeno humano e, conseqüentemente, histórico.

Ainda resultante dos estudos de Bréal (2008), temos a presença do fator subjetivo na linguagem que é representado essencialmente por palavras e pelo plano geral de cada língua. Saussure, ao contrário, rompe com esse caráter historicista e passa a tratar a linguagem como um sistema que excluía dele a participação de um sujeito e também sua característica histórica, ou seja, afasta da língua tudo que seja exterior ao sistema por ele proposto.

As semânticas formais consideravam que o sentido estava relacionado ao mundo e aos objetos, ou seja, aos estados de coisas. Guimarães (2010, p. 26) ainda explica que definir sentido em relação ao conceito de verdade posto Tarski nos leva à concepção de que “o sentido de uma sentença não é sua referência a um objeto ou conjunto de objetos, é o conjunto de condições nas quais a sentença se faz verdadeira”. De um lado, a unidade de estudo não é o signo (observa a contribuição da palavra para o sentido de uma sentença), mas, por outro, o sentido acontece na relação com um estado de coisas, isto é, relaciona-se ao conceito de verdade que se estabelece entre o que é dito e a realidade.

Para essa concepção semântica, considera-se que a palavra traz pelo seu significado a condição de verdade de uma sentença. Assim, o sentido estaria relacionado às condições nas quais uma sentença é verdadeira.

Ainda das exclusões feitas por Saussure, tem-se o tratamento do sentido como relacionado às intenções de alguém que fala. Neste caso, o sentido não estaria relacionado com o mundo como dissemos acima, mas seria a expressão da intenção de um locutor que quer transmitir algo a alguém. Temos, então, um sujeito consciente operando a linguagem em favor de suas intenções.

Dos estudos de Benveniste, interessa-nos o que ele chama de significação, conforme afirma Guimarães (2010, p. 48). Assim, nas línguas, o que interessam são as relações de linguagem, tendo a ordem semiótica como descritiva e explicativa dos fenômenos humanos. A ordem semântica que considera os empregos das formas linguísticas acaba por decidir como fazer a organização da ordem semiótica.

2.2. Semântica como disciplina linguística

Ser semanticista é colocar-se no campo em que os conceitos de “significação” e “sentido” são referência a algo estável, constante. Para melhor compreender a semântica, ou qualquer disciplina científica, é necessário reconhecer as posições que a aproximam

ou a afastam de outras disciplinas. Com esse intuito, será mostrado em nossa tese um percurso que evidencie como a construção e/ou resignificação de conceitos relacionados à significação foram essenciais para o estabelecimento dos procedimentos analíticos aplicados às análises que tomam como base a Semântica Histórica da Enunciação, inicialmente proposta por Eduardo Guimarães.

Guimarães (2010, p. 11) entende o sentido como o “funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação”. Portanto, faz-se importante observar a enunciação tanto no aspecto que inclui o sujeito na linguagem (a partir do corte estruturalista estabelecido por Ferdinand de Saussure), como no aspecto da produção de conceitos que influenciem, de algum modo, o tratamento enunciativo do sentido (percebido nos estudos a partir do final do séc. XIX na linguística ou filosofia).

As semânticas linguísticas, de acordo com o autor (GUIMARÃES, 2010), sempre tratam de uma dentre três das exclusões saussurianas (sujeito, objeto e história) quando se leva em conta o sentido ou a significação.

Para observar o tratamento enunciativo do sentido e entender o conjunto de filiações da semântica enunciativa, devemos analisar a semântica geral de Michel Bréal (1897), que, além de ser afetada pelo historicismo do século XIX, considerava o caráter subjetivo da linguagem, o que foi decisivo para a concepção intersubjetiva de Émile Benveniste (1966).

Assim, no final do século XIX, coincidindo com a publicação de *Ensaio de Semântica* de Michel Bréal em 1897, é que a semântica foi constituída como disciplina linguística. Em toda a sua obra, Bréal afirma que as questões da significação devem ser consideradas a partir de seu emprego e que as palavras devem ser observadas em sua relação com outras palavras nas frases em que aparecem. Em um artigo escrito por ele, em 1883, *Le Lois Intellectuelles Du Langage*, o autor já demonstrava estar atento a essa preocupação. Em *Ensaio de Semântica* ele afirmou:

Começaremos por um ponto que tem real importância para a história dos sentidos, e ao qual não se prestou atenção nos últimos anos: é a ação que as palavras de uma língua exercem, à distância, uma sobre as outras. Uma palavra é levada a restringir cada vez mais a sua significação, pelo fato de existir uma companheira que estende o seu. Nos dicionários, nos quais cada termo é estudado por si mesmo, não percebemos bem esse jogo de compensação e equilíbrio [...] (BRÉAL, 2008, p. 182).

Bréal (2008), então, certo de que a transformação histórica de uma palavra não pode ser observada como automática, opõe-se ao naturalismo e afirma que sempre há que se considerar o sentido da linguagem para que suas transformações sejam

entendidas. Nesse ínterim, estabelece-se a semântica como uma disciplina linguística das significações que se ocupa, inclusive, da observação de aspectos sintáticos e morfológicos da língua. A seu ver, a linguagem é um fenômeno humano, ou seja, histórico. Além desse aspecto, o autor prioriza a questão da subjetividade na linguagem (o elemento subjetivo).

Também em *Ensaio de Semântica*, Bréal (2008) mostra como a língua tem formas próprias de demonstrar o elemento subjetivo. Para o linguista, “é necessário entender por elemento subjetivo como ele está misturado no discurso. O elemento subjetivo é a parte mais antiga da linguagem” (BRÉAL, 2008, p. 157). Também para o autor:

Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. Para muitos homens, eles são ainda quase os únicos... Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjuntivo reina sozinho, que ele é o único expresso, o único compreendido, que ele se esgota sua faculdade de entendimento e toda a matéria de seus pensamentos.

Não se trata, pois, de um acessório, de uma espécie de superfluidade, mas ao contrário de uma parte essencial, e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado (BRÉAL, 2008, p. 161).

Sendo assim, é pela existência desse elemento que o linguista assume que a linguagem produz desdobramento da personalidade humana, intervindo no aspecto subjetivo da linguagem, além de estabelecer a semântica como uma disciplina de caráter histórico, já que, se a linguagem é feita de signos, seu caráter fundamental é o simbólico.

Vejamos, agora, como essas considerações teóricas influenciam diretamente nossa maneira de fazer semântica hoje.

2.3. Língua, estrutura e acontecimento entre enunciação e acontecimento

Conforme supracitado, a Semântica Histórica da Enunciação ou a Semântica do Acontecimento, desenvolvida a partir dos estudos de Eduardo Guimarães, é uma das teorias do discurso que se propõe a estudar o processo de produção dos sentidos na história.

Como traço metodológico para uma análise que chegue à constituição do sentido, identifica-se a influência de teóricos que embasam os trabalhos do semanticista. Dentre

os mais marcantes, encontramos Oswald Ducrot, com *O dizer e o dito* (com o esboço de uma teoria polifônica da enunciação) ([1984] 1987), e Émile Benveniste, com os *Problemas de Linguística Geral II* ([1974] 1989), obra na qual afirma que a enunciação está ligada ao uso da língua e a define como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE [1974] 1989, p. 82). Na esfera discursiva, identificam-se traços da Análise de Discurso tal como proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, dentre outros renomados filósofos, como Jacques Rancière.

Considerando-se o campo analítico, as características observadas pela semântica incluem a língua, a história, o social e, também, o político. O fio condutor para a análise dessa teoria é o estudo do conceito de enunciação. Tal conceito é também norteador para nós, pois julgamos ser essencial para a compreensão e alcance dos nossos objetivos.

Há que se acrescentar, porém, que para falar sobre enunciação deveremos também mobilizar outros importantes conceitos que a ela se relacionam, tais como sujeito, espaço de enunciação, cena enunciativa e outros que reforçam a sustentação da trama teórica da Semântica Histórica da Enunciação, que serão descritos e trabalhados ao longo deste capítulo.

Para desenvolvimento da análise semântica, o cientista da linguagem propôs dois procedimentos enunciativos que explicaremos, também neste capítulo, mais adiante: a reescrituração e a articulação, além do Domínio Semântico da Determinação (DSD), que é uma representação analítica da rede de significação no texto em funcionamento.

Iniciaremos, pois, elencando o conceito de enunciação e as principais noções que a ele se relacionam.

2.4. Sobre a questão da Enunciação

Como dissemos acima, é pelo limiar do conceito de enunciação que percebemos o desenvolver dos pressupostos adjacentes à teoria semântica. Neste lugar de dizer, entendemos que os sentidos sempre podem ser outros (não estáticos), tomados por um viés em que a linguagem é posta em funcionamento e pensados de modo a relacioná-los à sua materialidade histórica, social e política, em uma relação com o real e com os sujeitos. Guimarães (2005, p. 11) explica que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua”.

Para apreender como Guimarães (2005) chega à compreensão dos alicerces de sua teoria, faz-se necessário a observação dos estudos propostos por Oswald Ducrot

([1984] 1989), especialmente em seu capítulo intitulado “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, e Émile Benveniste ([1974] 1989), no seu “O Aparelho Formal da Enunciação”, que, ao considerar o locutor como centro da enunciação, faz da subjetividade seu foco de preocupação. Benveniste ([1974] 1989, p. 83) diz que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”.

Oswald Ducrot, em *O dizer e o dito* ([1984] 1989), também definiu o que era, dentro de suas perspectivas, o conceito de enunciação. Para o autor, o sujeito não deve ser apontado como parte integrante desse processo (o da enunciação). Segundo o linguista, são pelo menos três as considerações que devem ser feitas acerca do termo, mas, para as questões de estudo abordadas em sua teoria, apenas uma delas deve ser evidenciada:

É, pois, com uma terceira acepção que ficarei. O que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é fato de um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’. Ressaltar-se-á que não faço intervir na minha caracterização da enunciação a noção de ato – *a fortiori*, não introduzo, pois, a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala. Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece, eu não quero tomar partido, no nível destas definições preliminares, em relação ao problema do autor enunciado. Não tenho que decidir se há um autor e qual é ele (DUCROT, [1984] 1989, p.168-169).

Por este dizer, entendemos que, para ele, além de não ocorrer a centralidade da enunciação no sujeito, este é um acontecimento histórico, inserido no tempo.

Considerando o que foi proposto por Guimarães (2005), percebemos que, para o semanticista, as duas definições de enunciação acima apresentadas são caracterizadas por uma irrepetibilidade que faz com que seja inevitável depreender que, aqui, história e tempo são coincidentes¹. É a partir deste ponto que compreendemos que a historicidade tratada nos estudos da Semântica Histórica da Enunciação não é aquela que preconiza uma organização cronológica dos acontecimentos e, sim, aquela pautada em uma memória de sentidos.

Em relação à noção de enunciação desenvolvida pelo teórico, perceberemos que o autor, além de pensar o ponto da história como historicidade e não como uma sequência

¹ Acerca desse entendimento, Guimarães (2005) retoma a definição de Michel Foucault (1969, p. 116): “Diremos que há uma enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. [...] A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir.”

cronológica de acontecimentos, trata a subjetividade como uma questão relacionada à esfera social, histórica e política e, portanto, o sujeito não é o centro dessa enunciação. Guimarães (1989, p. 78-79), então, define a enunciação como “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo, a enunciação não é um ato individual do ‘sujeito’, não sendo também irrepetível”.

É válido ressaltar, todavia, que as questões sócio-históricas que permeiam a enunciação não abrangem as questões temporais da história nem, tampouco, as regras estabelecidas pela língua como forma de organização das relações sociais. É na medida em que a enunciação ocorre, que aquilo que há de novo nela pode trazer transformações em formações discursivas, abrindo, assim, espaço para novos enunciados e novos signos.

2.5. Acontecimento

O acontecimento, de acordo com Guimarães (2010), não é exterior à língua, não é sempre novo e tem traços da teoria ducrotiana, ou seja, é próprio da enunciação e nele pode-se observar, de maneira distinta, a história e o social. Embora a presença do elemento subjetivo da linguagem tenha sido incluído nos estudos, a história ainda havia sido mantida fora de observação. Guimarães (2010, p. 66) explica que a Semântica Histórica da Enunciação trata “a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente”, não no aspecto temporal, mas pela historicidade, de maneira que sempre remete a alguma coisa. Para tanto, o sentido, visto como discursivo, deve ser apreendido a partir do acontecimento enunciativo.

Um acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto. A enunciação, então, se dá como o lugar de posições do sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo, aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeito do interdiscurso no acontecimento. [...] A enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os (GUIMARÃES, 2010, p. 68).

Assim, o acontecimento enunciativo seria o encontro de já-ditos com aqueles sentidos produzidos em uma enunciação. Veremos a seguir que ele é o lugar em que os sentidos são estabelecidos por uma rememoração de enunciações passadas que trazem significações para algo do real. Desta abordagem compreendemos que a história,

entendida como memória, e o social, ponto em que tratamos a língua como prática social, são elementos constitutivos da produção dos sentidos em uma enunciação.

As noções de discurso, definido por Orlandi (2005, p. 21) como “[...] efeito de sentido entre locutores”, e interdiscurso, definido por Pêcheux (apud ORLANDI, 1997, p. 89) como “[...] o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido”, já trabalhadas pela Análise de Discurso, tanto por Pêcheux quanto por Orlandi, foram adotadas pela Semântica Histórica da Enunciação. Um discurso, que é exterior à língua e ao sujeito, se produz em relação a outros discursos.

Sob a perspectiva semântica, o sentido em um acontecimento enunciativo é resultado da presença do interdiscurso ou, ainda, resultado dos cruzamentos de distintos discursos no acontecimento. A presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo determina a unidade de sentido da enunciação, o que é chamado de dispersão do sujeito e ocorre, afirma Guimarães (2010), como consequência da dispersão de discursos diversos (recortes de interdiscurso), formadora do texto. Observa-se que “pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem historicidade” (GUIMARÃES, 2010, p. 68).

Também trazida da Análise de Discurso, a noção de silêncio na linguagem importa para a semântica na medida em que os limites das relações interdiscursivas e a interdição do dizer são determinadas pelo silêncio que “não é o que está entre as palavras, o silêncio as atravessa” (GUIMARÃES, 2010, p. 68).

O funcionamento da língua, que está exposta ao interdiscurso, acontece porque ela é afetada pela posição de sujeito que o indivíduo ocupa no acontecimento, produzindo sentidos. O sentido não é apenas a memória; são efeitos de memória e do presente do acontecimento.

Eduardo Guimarães (2010) afirma que o sentido, se observado em relação ao acontecimento enunciativo, deve ser olhado de maneira discursiva. Tratada historicamente, a enunciação é definida por ele como

[...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 2010, p. 70).

Pela definição acima, Guimarães (2010) aponta uma importante peculiaridade do acontecimento: ele é um fato linguístico, o que contribui para que seja, dentro dos estudos

semânticos, entendido como um acontecimento enunciativo. Os sentidos seriam, então, estabelecidos pelo cruzamento de diferentes discursos, associados ao interdiscurso e aos sujeitos (constituídos na e pela linguagem).

É a partir da consideração da enunciação como acontecimento que são obtidos sentidos que não seriam passíveis de descrição caso a historicidade da língua em funcionamento não fosse levada em conta no momento da análise semântica. Esta pluralidade de sentidos pela temporalidade inerente ao acontecimento permite-nos perceber o litígio dos sentidos, já que o acontecimento é, também um acontecimento político.

Isso quer dizer, portanto, que os diversos sentidos são possíveis através das relações linguísticas porque o próprio acontecimento define uma temporalidade que lhe é intrínseca. Um acontecimento difere de outro na medida em que acessa uma temporalidade distinta que, por sua vez, rememora um passado de sentidos diferentes, fazendo com que presente e passado coincidam no acontecimento. O futuro, entendido como possibilidades de interpretação, é visto como uma projeção de sentidos e caracterizado pela futuridade atrelada a seu funcionamento histórico que é projetada pelo presente do acontecimento.

Já a história, explica Guimarães (2005), pode ser entendida como o passado de enunciados que são retomados e fazem com que o presente seja significado.

O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Esse passado é compreendido pelo autor como uma rememoração de sentidos que é delimitada no e pelo acontecimento enunciativo. Assim, entendemos que na relação com o presente do acontecimento ocorre um recorte no interdiscurso que leva a uma determinada forma de interpretação futura. Sendo assim, o memorável é determinável pela temporalização determinada pelo acontecimento do dizer. Podemos dizer, portanto, que ele é estabelecido pela possível interpretação que, de acordo com as variações do presente, esse passado de enunciações possa ter.

Ao considerar os pontos supracitados, entendemos que pensar o acontecimento a partir desse viés materialista determina que a relação história/língua/real seja essencial dentro dos estudos semânticos. Além disso, faz-nos entender como algo necessário a

abordagem da relação língua/história/político para a compreensão de como o acontecimento enunciativo permite que a língua em acontecimento, na sua relação com os falantes, seja percebida como sentidos modificando-se em outros sentidos.

O entendimento dos conceitos de Cena Enunciativa e Espaço de Enunciação, que serão doravante abordados, faz-se necessário nesta relação entre língua e falantes em que se considera a noção de político no acontecimento enunciativo, conforme veremos a seguir.

3. PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS: A SIGNIFICAÇÃO NA HISTÓRIA

3.1. Designar e Referir

Guimarães (2005) afirma que o sentido de uma expressão se constitui de forma não fragmentada na relação integrativa de um enunciado enquanto componente de um texto. E para se pensar no cruzamento de discursos, no confronto de dizeres, na historicidade, na memória de um dizer, é necessário levar em conta as condições de produção e entender a relação existente entre o “designar e nomear” e o “designar e referir”. Nesse sentido, pensa a relação entre designação e nomeação como uma “relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem”, pois “num acontecimento em que certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Já a relação entre designação e referência, segundo o semanticista, presentifica-se quando se considera a maneira como um nome aparece referindo no texto, atenta-se *ao modo* como o nome se relaciona com outros nomes, sob a aparência da substituibilidade, viabilizada pela textualidade. No que tange ao referente, Nascimento (2004, p. 45) explica que ele

[...] é aquilo que é porque, em um dado acontecimento, recorta-se um memorável e esse, enquanto passado próprio da temporalidade daquele acontecimento, relaciona um nome a um objeto ou a uma pessoa.

Assim, as maneiras de referir se estabelecem em torno de um nome, enquanto elementos de um texto, ao passo que a designação de um nome ocorre quando se determina e predica esse nome, ou seja, quando existe a constituição de sentido de um nome que, por consequência, faz funcionar a referência, compreendida como “a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2005).

3.2. Domínio Semântico de Determinação (DSD)

[...] as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado.

(Eduardo Guimarães)

Considerar que o dizer é um acontecimento é estudar o sentido de palavras e expressões de forma que não se abarque apenas as relações de sentido como sinonímia, homonímia, antonímia, hiperonímia, polissemia e ambiguidade, numa perspectiva de apenas organizar o mundo (posição referencialista). É, também, assumir uma posição materialista, ou seja, analisar a relação das palavras com algo que está fora delas, com algo que constrói a linguagem e coloca-a em movimento (GUIMARÃES 2007). É considerar a linguagem como não transparente, detentora de historicidade.

Para mostrar como as relações de sentido entre as palavras são construídas enunciativamente, é necessário, conforme Guimarães (2007, p. 80), “considerar que as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem num acontecimento”, ou seja, é ser capaz de estabelecer seu Domínio Semântico de Determinação (DSD), “formado pela análise do relacionamento de uma palavra com outras que a determinam em textos em que funciona” (GUIMARÃES, 2007, p. 80). Nesse sentido:

Um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de textos, etc) (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

No DSD as relações que estabelecem o sentido de uma palavra são representadas por uma escrita própria, que restabelece, marca as relações entre as palavras. Segundo Guimarães (2007, p. 81), os sinais são os seguintes:

\vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa: x determina y, ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia.

Sendo assim, na análise, um DSD, leva-se em conta dois procedimentos fundamentais à constituição de sentidos: a reescrituração e a articulação.

3.3. O procedimento enunciativo de reescrituração

[...] no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la.

(Eduardo Guimarães)

O processo de reescritura é concebido por Eduardo Guimarães como um processo de redizer algo que aparece em vários momentos em um mesmo texto, com a possibilidade de se obter como resultado novos dizeres, novas significações, novos sentidos. Portanto, procedimentos como sinonímia, especificação, anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, generalização etc., são procedimentos de deriva, próprios da textualidade, considerados pelo autor como “procedimentos de reescritura”, por redizerem o que já fora dito em uma enunciação textual. Dessa forma, o sentido de uma expressão se faz/refaz ou se constitui/reconstitui pela relação dela com outros enunciados e vocábulos do texto e/ou com os textos em que estão.

A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. [...] E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Reescrever, na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, não nos remete a reescrever o mesmo, mas sim, salientar as várias possibilidades de sentido entre um vocábulo e a sua reescrituração. Ou seja, o que importa é refletir a natureza dessa diversidade, desse “algo novo” produzido pela reescrituração.

A reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescrito (GUIMARÃES, 2007, p. 84).

Ao aviventar importantes conceitos que nos fazem refletir sobre como nos relacionamos, vivemos da palavra e somos engendrados por ela e também sobre como o funcionamento de sentidos em um texto é atravessado por provocações sociais, impregnadas de memórias, de possibilidades de novas filiações, de futuridades e

subjetividades que se entrelaçam e, conseqüentemente, ressignificam. Guimarães (2005) expõe como o funcionamento da linguagem leva em consideração as relações de sentido, não de forma fragmentada, mas sim como uma interação de elementos linguísticos de diferentes níveis, que só significam se estiverem integrados a uma unidade; nesse caso, o texto (enunciado).

3.4. O procedimento enunciativo de articulação

O procedimento de articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem as relações semânticas; é a maneira como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem, mas se contatam em um mesmo enunciado. De acordo com Guimarães (2009, p. 51):

A articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contigüidade. Ou seja, a organização das contigüidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contigüidade significada pela enunciação.

A articulação, além possibilitar o estudo das relações de sentido no interior do próprio enunciado, também evidencia a relação que se estabelece entre o Locutor e o seu dizer. Assim, esse importante procedimento enunciativo pode ser constituído de três formas: por dependência, por coordenação e por incidência.

A articulação por dependência se estabelece quando se constitui como um só conjunto de elementos linguísticos contíguos, enquanto a articulação por coordenação pode ser constatada quando os elementos linguísticos de natureza similar se organizam como se constituíssem um só elemento, podendo se observar, nesta relação de contigüidade, a existência de um acúmulo de elementos. A articulação por incidência, por sua vez, ocorre entre elementos linguísticos de natureza diferente que, ao se relacionarem, formam um novo elemento sem apresentarem uma relação de dependência estabelecida (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Posto isso, pode-se, pelo procedimento de articulação, observar como o funcionamento dos elementos linguísticos afeta e modifica seus sentidos próprios, ressignificando-os e redizendo-os no interior de um mesmo enunciado. Na perspectiva semântica, é possível considerar que, na articulação, o funcionamento dos elementos

linguísticos se configura por meio de diferentes formas de significação, como, por exemplo, referência, predicação, determinação, pressuposição, argumentação e performatividade, entre outras (MASSMANN, 2012, p. 55).

4. UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO SLOGAN “NÃO TROQUE SEU VOTO POR ÁGUA”

Com base no dispositivo teórico que acabamos de apresentar, procederemos à análise do enunciado “Não troque seu voto por água”. Tal formulação foi posta em circulação em uma campanha promovida pela ASA – Articulação Semiárido Brasileiro. A ASA se apresenta como uma rede de colaboradores que é formada por aproximadamente “[...] três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc.” (ASA, s. d.). Buscando promover ações sociais, econômicas e políticas em prol do semiárido, a Articulação Semiárido Brasileiro tem por objetivo conectar “[...] pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região” (ASA, s. d.).

Reunindo entidades de 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA), a ASA tem como missão criar espaços de fortalecimento da sociedade civil sob a forma de ações participativas e viabilizar a implementação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento sustentável do semiárido. De acordo com a ASA, em suas ações, busca-se fortalecer

[...] a sociedade civil mobilizando-a. Uma das estratégias que a Articulação utiliza para a mobilização social é a Comunicação Popular, assim como processos de sistematização de experiências e de intercâmbio entre as famílias agricultoras, que promovem a construção coletiva do conhecimento (ASA, s. d.).

Foi no âmbito dessas ações de mobilização social e de conscientização popular que surgiu uma campanha cujo impacto na vida das pessoas foi inquestionável. Tratava-se da proposta de defesa do direito à água que se materializou no Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que compreende um conjunto de “[...] ações executadas pela rede [como os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido]” (ASA, s. d.).

Assim, a água tem ocupado posição central nas ações da ASA, seja como alimento, seja como insumo para o cultivo de diferentes alimentos ou, ainda, como elemento nucleador das atividades da rede. É a partir dessas condições de produção que a ASA lança a campanha “Não troque seu voto por água”, que foi veiculada no período

das eleições de 2016 e 2018. No projeto de divulgação desta campanha, a ASA colocou em circulação, nos diferentes municípios que compõem a região do Semiárido, um conjunto de peças imagéticas e peças radiofônicas que tinham por objetivo alertar sobre a prática de compra de votos, ou, ainda, de trocas de favores em prol de votos.

Ao apresentar a campanha, a ASA esclareceu, em seu site:

No Semiárido brasileiro, o voto de cabresto é uma prática costumeira e ainda hoje influencia milhares de eleitores/as a acreditarem que o favorecimento no período eleitoral é a única forma de extrair benfeitorias dos/as candidatos/as. Com isso, o voto vira uma moeda de troca e facilmente as pessoas trocam o seu direito à democracia por cimento, água e outros bens. Pensando nesta realidade, a ASA elaborou algumas peças de rádio sobre a importância de votar consciente com o intuito de contribuir com a escolha de candidatos/as que de fato defendam a garantia de direitos para todos e todas (ASA, 2018).

Junto ao texto, foi divulgada a imagem abaixo, que selecionamos para análise.

Figura 1: Campanha ASA 2018 “Não troque seu voto por água”



Fonte: Articulação Semiárido Brasileiro (2018)

Nessa composição, podemos observar o contraste de quatro cores, a saber, vermelho, branco, azul-escuro e azul-claro. Composto o contorno de uma caixa d'água, que também faz lembrar a tela de uma urna eletrônica, temos o tom de azul mais forte; a água aparece aí simbolizada como uma gota em tom azul-claro com um traço de profundidade em azul-escuro e branco. Em vermelho, na parte central da tela (ou da caixa d'água), temos o texto que é escrito em letras de tamanhos diferentes produzindo efeitos

à leitura. Os traços que compõem o “NÃO” chamam a atenção para o funcionamento dessa negação no processo de significação.

Buscando compreender o processo de significação, podemos observar a rede de sentidos que é posta em funcionamento no enunciado à medida que, pela memória de dizer (memorável), ele faz significar outros discursos de/sobre o processo eleitoral. Assim, fundamentados no procedimento de reescrituração e no jogo das relações parafrásticas, podemos observar as seguintes relações de sentido:

- 1 Não troque seu voto por água.
- 1' Não troque seu voto por dinheiro.
- 1" Não troque seu voto por favores.
- 1''' Não troque seu voto por benefícios.

Ao substituirmos o substantivo “água” por “dinheiro”, “favores”, “benefícios”, podemos notar que o funcionamento da significação parece funcionar em uma mesma direção argumentativa, a saber, aquela que busca convencer os eleitores de que o voto não é uma mercadoria. Além disso, a relação de determinação semântica que se estabelece entre “voto”, um dever do cidadão, e “água”, um direito de todos, parece produzir um efeito de sentido de contradição que se constitui na e pela memória dos dizeres que vêm sendo produzidos em torno das eleições.

Esse processo de significação em torno das eleições e, especificamente, em torno do voto, como sabemos, é uma questão sensível e complexa na história do país. A corrupção e as práticas mercadológicas em torno do voto parecem ser mais comuns do que se pode imaginar. Sem dúvida, ao promover essa campanha, a ASA mostra sua preocupação e seu compromisso social. De acordo com Alexandre Pires, coordenador da ASA pelo estado de Pernambuco, em 2018, dadas as condições de produção daquele período eleitoral, o desafio da campanha se ampliava por não era apenas o direito da água que estava em cheque.

“[...] Estamos vivenciando um retrocesso que tem levado centenas de pessoas a uma situação de miséria e fome; e alguns candidatos têm usado essa situação de vulnerabilidade das pessoas para garantir votos. Então, nós estamos orientando o povo que não é assim que elas terão uma melhor condição de vida. Pelo contrário!” (ASA, s. d.):

Como podemos observar, a campanha da ASA produz sentidos que colocam em jogo direitos (água) e deveres (voto) do cidadão. Busca, assim, promover a

conscientização e eliminar uma das práticas eleitorais mais vergonhosa do país, a compra de votos ou a negociação do voto em troca de favores pessoais. No caso específico do semiárido, a troca de voto por água é uma prática mais comum do que se pode imaginar, especialmente nos períodos de estiagem. Nesta região, o acesso à água é ainda um privilégio para aqueles que possuem condições materiais (econômicas) de adquirir essa tecnologia de captação e armazenamento de água tão necessária a uma vida de qualidade no semiárido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, num primeiro momento, dedicamo-nos a compreender o percurso traçado para se analisar a questão da significação tendo como norte as mais variadas teorias acerca desse conceito. Tais teorias levaram-nos a apreciar e conhecer as renúncias, apropriações, retomadas, reescritas e lapidações de conceitos que contribuíram para que se chegasse a entender a questão do sentido como uma questão enunciativa vista de forma histórica, sendo a significação determinada pelas condições sociais de sua existência.

Construir a história dos estudos da significação para se estabelecer uma Semântica Histórica da Enunciação foi colocar em cena que os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento (GUIMARÃES, 1995). Foi aceitar que, enquanto sujeitos, somos afetados, moldados e determinados pela linguagem. E que essa exterioridade que nos afeta é responsável pelas mais variadas interpretações e significações das palavras quando dispomos delas em um dizer, em um enunciado, mesmo que esse algo externo seja o silêncio, considerado por Orlandi (1992, p. 70) como “a própria condição de produção de sentido”, pois “ele é o espaço diferencial da significação: lugar que permite à linguagem significar”.

Sustentando-nos nesse percurso teórico, num segundo momento apresentamos uma análise enunciativa da campanha “Não troque seu voto por água”, promovida pela ASA – Articulação Semiárido Brasileiro. As análises nos mostraram que o jogo de significação que é posto em funcionamento no enunciado da campanha está ancorado em uma memória de dizer de/sobre o funcionamento dos sentidos em torno do voto e, conseqüentemente, das eleições. Ao estabelecer um jogo contraditório entre direito (água) e dever (voto), a campanha produz efeitos de sentidos que conduzem a uma certa orientação argumentativa, a saber: o voto não pode ser negociado; ele é um instrumento de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA. **Não troque seu voto por água**. 2018. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/radio-asa/spots?artigo_id=10646. Acesso em: 10 fev. 2021.

ASA. [**Campanha “Não troque seu voto por água”**]. s. d. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10656-campanha-nao-troque-seu-voto-por-agua-orienta-populacao-do-semiarido-sobre-a-importancia-do-voto-consciente>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ASA. **Sobre nós** – História. s. d. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: RG, 2008.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

GUIMARÃES, E. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudo Lingüísticos**, 51 (1), Campinas, jan./jun. 2009. p. 49-68. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219/4941>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Aquele que diz o que não diz uma bibliografia de Oswald Ducrot. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v. 11, jul.- dez./2015. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Domínio Semântico e Determinação. In: **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, 2007. p. 77-96.

_____. Enunciação e História. In: **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

_____. **Os limites do sentido**: 4. ed. [S. l.: s. n.], 2010.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes. 2002.

MASSMANN, D. A *homoafetividade* no discurso jurídico. In: **Revista Rua**. Campinas, n. 18, v. 1, jun./2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Aceso em: 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, A. C. **Designação e referência**: a identificação social em expressões que referem o presidente Lula. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

_____. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. (1975) **Semântica e Discurso**. Tradução brasileira de *Les vérités de la Palice*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. (1983) **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PLON, M. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs. análise do inconsciente. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidora Blikstein. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.